



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Aos 25 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão De Saúde, na(o) Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

10h00

1. Audição por videoconferência da Ordem dos Médicos, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;

11h15

2. Audição, por videoconferência, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;
3. Informações;
4. Apreciação e votação da ata n.º 91 de 20 de outubro de 2021;
5. Discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª - «Orçamento do Estado para 2022» - Autora do Parecer: Deputada Sónia Fertuzinhos (PS);
6. Discussão e votação do texto comum resultante dos PJR n.º 1351/XIV/2.ª (PCP); n.º 1172/XIV/2.ª (PSD); n.º 1331/XIV/2.ª (PS); n.º 1341/XIV/2.ª (BE), sobre a telessaúde;
7. Outros assuntos.

-
1. Audição por videoconferência da Ordem dos Médicos, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

A Presidente deu as boas vindas à delegação da Ordem dos Médicos e passou a palavra à Ordem dos Médicos.

O Dr. Miguel Guimarães pediu ao Dr. Daniel Travancinha que fizesse o enquadramento. O Dr. Daniel Travancinha começou por fazer uma pequena exposição, tendo concluído que o Centro Hospitalar de Setúbal é o retrato do SNS, porquanto faltam médicos, sobram doentes, as instalações são insuficientes e o orçamento disponível não é suficiente.

O Deputado Nuno Carvalho fez referência ao comunicado da Ordem dos Médicos de fevereiro, tendo perguntado se existem outras situações para além das que constam no aludido comunicado. Questionou ainda sobre os atos de diferenciação relativos a outras doenças não Covid e se é necessária uma atuação especial para recuperar o trabalho. Por fim, perguntou se desde a visita da Ordem dos Médicos ao Centro Hospitalar de Setúbal se existiu alguma medida que tenha sido materializada para inverter as situações relatadas nos alertas emitidos pela Ordem dos Advogados.

O Deputado Ivan Gonçalves começou por referir que a situação no Centro Hospitalar de Setúbal é conhecida e fez referência ao stress a que os profissionais de saúde estiveram sujeitos por causa da pandemia. Falou do anteriores Governos e deu nota que a falta de infraestruturas é um problema crónico e que há poucos dias foi lançado o concurso para a expansão do edifício. Aludiu à falta de recursos humanos e à dificuldade de contratação de médicos, tendo questionado sobre quais as soluções que têm à disposição. Assinalou a proposta constante no Orçamento do Estado para 2022 sobre a dedicação plena e a valorização de carreiras e sublinhou que existe uma barreira que é a formação e as vagas para as especialidades.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que acompanha a leitura feita pela Ordem dos Médicos no que concerne à falta de médicos, à insuficiência de infraestruturas e à insuficiência orçamental, tendo perguntado se as medidas anunciadas pelo Governo são suficientes, nomeadamente o lançamento da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

empreitada de ampliação do edifício e a contratação de 10 médicos. Por fim, questionou a Ordem dos Médicos sobre a capacidade formativa.

A Deputada Paula Santos deu nota da proposta do PCP sobre o desbloqueamento do processo do alargamento do edifício. Fez perguntas sobre a carência de profissionais de saúde, nomeadamente de médicos e jovens médicos e sobre como se podem fixar estes profissionais no SNS. Perguntou ainda sobre a formação médica especializada.

O Deputado Miguel Arrobas começou por dizer que o problema não é de agora e que não é único. Fez algumas considerações sobre a falta de profissionais de saúde e questionou sobre a abertura de um novo curso de medicina e se a Ordem dos Médicos foi ouvida sobre a proposta anunciada após o último Conselho de Ministros sobre a dedicação plena.

O Bastonário da Ordem dos Médicos começou por dizer que a presente situação não é nova e que a Ordem dos Médicos visitou muitas vezes o Centro Hospitalar de Setúbal e reuniu com o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e com os Diretores Clínicos e com os Conselhos de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal. Referiu que cerca de metade dos médicos está fora do SNS. Fez referência ao concurso para médicos de Saúde Geral e Familiar e deu nota que a Ordem dos Médicos verifica serviço a serviço a capacidade formativa, a idoneidade e as capacidades formativas e que o Ministério da Saúde tem a última palavra sobre o número de vagas. Afirmou que o SNS não está adequado às novas realidades e que a Ordem dos Médicos não foi ouvida em relação à dedicação plena. Sublinhou que as necessidades a sul têm aumentado bastante e que não se está a conseguir acompanhar, referiu que as 10 vagas abertas não resolvem o problema, mas que é uma medida importante. O Dr. Alexandre Lourenço manifestou as suas dúvidas no que concerne à capacidade de a ampliação do edifício ser capaz de cobrir as necessidades daqui a 20 anos e que para formar médicos são necessários médicos para formar e que o Centro Hospitalar de Setúbal tem perdido médicos e consequentemente doentes. Referiu que apesar de nos últimos anos se ter triplicado o número de médicos



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

se está a perder capacidade formativa, ideia secundada pelo Dr. Daniel Travancinha.

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Ivan Gonçalves, Nuno Carvalho, Moisés Ferreira, Paula Santos e Miguel Arrobas que foram prestados pelo Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Miguel Guimarães.

2. Audição, por videoconferência, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, «Sobre os problemas sentidos no Centro Hospitalar de Setúbal», a requerimento do PSD;

O Deputado Nuno Carvalho começou por referir os problemas financeiros subjacentes ao Centro Hospitalar de Setúbal, tendo perguntado se uma classificação superior que, conseqüentemente, implicaria mais financiamento não contribuiria para a solução dos problemas existentes. Perguntou se o Hospital do Otão permanecerá no Centro Hospitalar de Setúbal, se o lançamento de 10 vagas é suficiente para satisfazer as necessidades ou se faz parte de um plano maior e qual o calendário e se esse plano prevê outros profissionais de saúde para além dos médicos . Por fim, perguntou se está prevista uma nova análise após a pandemia, nomeadamente para recuperação da atividade relacionada com doenças não covid.

O Dr. Luís Pisco passou a palavra à Dra. Laura Silveira, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ARS Lisboa e Vale do Tejo que começou por dizer que a alteração da classificação não resolveria o problema, porquanto os índices traduzem a atividade concreta do Hospital e que no âmbito dos Contratos Programas dos Hospitais ao Centro Hospitalar de Setúbal é-lhe atribuído as verbas de contexto. Referiu que o modelo dos hospitais precisa de ser revisitado.

O Deputado Ivan Gonçalves começou por dizer que não existem fórmulas mágicas para resolver estes problemas referindo que as notícias são boas: lançamento do concurso de ampliação do edifício com um prazo de execução de 600 dias, tendo perguntado qual a visão da ARS Lisboa e Vale do Tejo.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Perguntou se o número de profissionais de saúde no Centro Hospitalar de Setúbal foi reforçado e quais as soluções possíveis para evitar que os concursos para a contratação de médicos fiquem desertos.

O Deputado Moisés Ferreira perguntou se já se reuniram com os diretores clínicos demissionários e se sabem o que os motivou. Perguntou qual a percentagem de vagas por ocupar no que concerne aos concursos de especialidades hospitalares. Por fim, perguntou se o Centro Hospitalar de Setúbal está devidamente equipado tendo em conta a diferenciação que tem e se isso prejudica as capacidades e idoneidades formativas.

A Deputada Paula Santos elencou os vários problemas e fez questões sobre a requalificação da urgência, sobre as carências e dificuldades de modernização dos equipamentos e se esse fator é importante para a fixação de profissionais no SNS, sobre o financiamento e eventual reclassificação do Centro Hospitalar de Setúbal e sobre o que está a ser feito no que diz respeito à contratação de profissionais de saúde.

O Deputado Miguel Arrobas fez questões sobre o financiamento do Centro Hospitalar de Setúbal, sobre as instalações, sobre a fixação de profissionais, se a dedicação plena resolve o problema e se a ARS Lisboa e Vale do Tejo foi ouvida.

A Dra. Laura Silveira voltou a prestar esclarecimento sobre a classificação do Centro Hospitalar de Setúbal e referiu que o concurso agora lançado foi revisto e está adequado à situação atual.

O Dr. Nuno Valente deu nota que desde 2015 que o Centro Hospitalar de Setúbal tem mais 400 profissionais e que no que concerne às capacidades formativas, tem 136 internos, sublinhado que tem sido feito um esforço grande. Mencionou que, em relação ao procedimento concursal de 2021, das 13 vagas abertas foram preenchidas 8.

O Dr. Luís Pisco referiu, ainda, que a ARS Lisboa e Vale do Tejo reuniu com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal e que está a acompanhar a situação.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Ivan Gonçalves, Nuno Carvalho e Paula Santos que foram prestados pelo Presidente do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Dr. Luís Pisco.

3. Informações;

A Presidente lembrou que foi agendada para a próxima quinta-feira, às 10h, a audição dos representantes dos demissionários do Centro Hospitalar de Setúbal, porém, atendendo a que está prevista a suspensão dos trabalhos parlamentares a partir de 28 de outubro, colocou à consideração dos Deputados se consideravam que se devia manter a audição e consequentemente solicitar autorização ao PAR para a realização da mesma. Não tendo nenhum Deputado manifestado oposição, será solicitada autorização ao PAR.

A Presidente referiu que, conforme acordado anteriormente, irá convocar uma reunião de Mesa e Coordenadores para ultimar o Programa para o Seminário - Comemoração do 20.º Aniversário da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, que se realizará na terça-feira, dia 14 de dezembro.

A Presidente deu nota das três petições que baixaram à Comissão e cujas notas de admissibilidade foram distribuídas a todos os Deputados. Referiu que são três petições subscritas por apenas um peticionário – O Sr. Mário César Gonçalves Marques dos Reis.

Esclareceu que na Petição n.º 296/XIV/3.ª - «*Pela utilização de cães piteiros no despiste da Covid-19*», o Peticionário requer que sejam colocados “cães piteiros” à porta de estabelecimentos comerciais e de restaurantes com o intuito de detetar o vírus SARS-COV-2; na Petição n.º 299/XIV/3.ª - «*Pela investigação da imunidade contra o coronavírus SARS-Covid-19*», o Peticionário requer a «*organização de uma comissão de investigação à estranha imunidade dos talibãs contra o vírus Covid-19, para salvação do resto da espécie humana*»; e na Petição n.º 302/XIV/3.ª - «*Pela investigação da necessidade de vacinação contra a Covid-19*», o Peticionário defende que a vacinação contra a Covid-19 é um processo desnecessário e que deveria ser substituído por tratamentos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

alternativos, peticionando pela criação de uma Comissão de Inquérito para avaliar a real necessidade da vacinação. A Presidente referiu que se verifica a ausência de qualquer fundamento, seja técnico-científico, médico ou clínico, não cumprindo o requisito constante da alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Exercício do Direito de Petição nas três petições e que os serviços propuseram o indeferimento liminar das três petições.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 17.º da LEDP, as três petições identificadas foram indeferidas liminarmente, por unanimidade, verificando-se a ausência do PAN e do CH. A Presidente lembrou que o peticionário único deverá ser notificado desta decisão, conforme previsto no n.º 7 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

4. Apreciação e votação da ata n.º 91 de 20 de outubro de 2021;

A ata n.º 91 de 20 de outubro de foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

5. Discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª - «Orçamento do Estado para 2022» - Autora do Parecer: Deputada Sónia Fertuzinhos (PS);

A Deputada Sónia Fertuzinhos apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª «Orçamento do Estado para 2022», concluindo que, na parte respeitante à competência material da Comissão de Saúde, a iniciativa contém as principais linhas estratégicas de orientação da política do Governo, para o setor da saúde, no ano de 2022, sendo que considera que estão reunidas as condições para que a Proposta de Lei em análise possa ser apreciada em Plenário, devendo o Parecer ser enviado à Comissão de Orçamento e Finanças. A Presidente cumprimentou a Autora do parecer pelo trabalho realizado. O Deputado Maló de Abreu cumprimentou a Deputada autora do parecer e referiu que o parecer foi suficientemente denso, claro, descritivo e sucinto.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira começou por cumprimentar a Autora do parecer tendo apontado algumas passagens que não constavam na PPL e que não constavam na parte reservada à opinião da autora.

A Deputada Paula Santos cumprimentou a Autora do parecer e manifestou as questões levantadas pelo Deputado Moisés Ferreira.

O Deputado Miguel Arrobas cumprimentou a Autora do parecer e referiu que o CDS-PP o acompanhará.

A Deputada Sónia Fertuzinhos disse que retirava tudo o que consta no parecer e que não consta na Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª.

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

6. Discussão e votação do texto comum resultante dos PJR n.º 1351/XIV/2.ª (PCP); n.º 1172/XIV/2.ª (PSD); n.º 1331/XIV/2.ª (PS); n.º 1341/XIV/2.ª (BE), sobre a telessaúde;

Foi colocado à discussão o texto comum apresentado pelo grupo de trabalho informal relativamente ao conjunto dos quatro Projetos de Resolução sobre a telessaúde, do PCP, PSD, PS e BE. Foram igualmente discutidas as propostas de alteração apresentadas pelo PCP e uma proposta de alteração apresentada pelo PSD. As votações foram realizadas em conformidade tendo resultado o Texto Final que foi remetido à DAPLEN para inclusão no guião de votações.

Nas votações estiveram presentes todos os Grupos Parlamentares com assento na Comissão de Saúde, registando-se a ausência do PAN e do DURP CH.

7. Outros assuntos.

A Presidente colocou à consideração de todos a redação final enviada pela DAPLEN do Projeto de Resolução n.º 1451/XIV/3.ª (PAN), dando nota que o PAN se manifestou quanto à redação final tendo referido que no ponto 1 considera que a expressão mais adequada a uma estratégia nacional é «implemente» em vez de «aplique».



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Não se registando qualquer oposição, a redação final foi fixada com as sugestões da DAPLEN, com exceção do ponto 1, que seguirá de acordo com a indicação do PAN

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 novembro 2021.

O (A) PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Miguel Arrobas (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
Francisco Rocha (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Graça (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 92/XIV/ 3.ª SL

Fernanda Velez (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Jamila Madeira (PS)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima (PS)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
André Ventura (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
